

A esquerda e o golpe de 1964



Por **DÊNIS DE MORAES***

Apresentação da nova edição do livro, recém-lançada

1.

Esta quinta edição, revista e ampliada, de [A esquerda e o golpe de 1964](#), vem a público sessenta anos depois do golpe de Estado de 1º. de abril de 1964. Ela preserva, no essencial, os focos temáticos, os eixos de análise e o estilo narrativo do livro publicado originalmente em 1989, que mereceu generosa acolhida da crítica. Ao mesmo tempo, modifiquei capítulos e incluí outros; reelaborei várias passagens; e, principalmente, introduzi materiais inéditos e novos conteúdos, além de ter consultado fontes surgidas em décadas recentes.

Com tais alterações e acréscimos, a minha preocupação básica foi a de reapreciar questões relevantes do período, como também incorporar outras visões críticas sobre o processo político e ideológico-cultural que culminou com a deposição do presidente João Goulart (1919-1976), instaurando no Brasil, por longos e penosos 21 anos, a ditadura militar.

A ideia do trabalho nasceu de uma agradável conversa com o cientista político René Armand Dreifuss (1945-2003), autor do clássico *1964: a conquista do Estado*, num bar do Flamengo, no Rio de Janeiro. Era uma tarde abafada do verão de 1982; René ainda morava em Belo Horizonte e viera passar férias com a família. A devassa que ele fizera nos arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e que resultara no livro do ano de 1981 tinha despertado a curiosidade de conhecê-lo.

Bem-humorado, ainda acertando-se com o português, o uruguaio René me surpreendeu pela rapidez com que aderiu ao projeto que lhe expus, de entender as causas da derrota da esquerda brasileira em 1964. “Você vai contar o outro lado da história”, comentou ele, numa alusão à sua pesquisa sobre a articulação político-ideológica-militar-empresarial-midiática que derrubou João Goulart.

René Dreifuss forneceu-me logo uma pista para levantar dados que auxiliassem a resgatar a memória dos vencidos: recomendou-me consultar, entre outras fontes, os arquivos do IPES e da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), linha auxiliar no movimento de mulheres conservadoras da Guanabara, com ramificações em outros estados, organizados com zelo pela equipe do Arquivo Nacional. A indicação se revelou de extrema valia. Na primeira vez que abri as caixas, compreendi a razão. Ali estão estocados os rastros da competente, sinistra trama que aniquilou um governo constitucional e progressista – uma vasta quantidade de documentos e recortes de jornais e revistas, notadamente do período 1963-1964, classificados de forma didática e abrangente.

Os levantamentos iniciais renovaram o sentimento de perplexidade que sempre tive sobre o desfecho de 1964, quando eu

tinha nove anos e não entendi por que não haveria aulas no Colégio Andrews, na zona sul do Rio de Janeiro, onde estudava, no dia 1º de abril. Arrisco-me a dizer que esse é um sentimento comum a segmentos de minha geração. Por que a esquerda perdeu? Como explicar o fracasso da mobilização pelas reformas de base? Por que os setores progressistas se apresentavam tão divididos? Por que as lideranças populares foram sobrepujadas na arena ideológica, em plena fase de ascensão do movimento de massas? Por que não resistiram? As interrogações me impeliram a fazer o livro.

2.

Durante o ciclo ditatorial, a chamada “história oficial” procurou silenciar as vozes que perderam em 1964 e se tornaram opositoras do regime militar, recorrendo ao alijamento político, à coerção institucionalizada, à censura, à tortura e até à eliminação física. O objetivo primordial era desqualificar as mobilizações e reivindicações sociais durante o governo João Goulart. Essa interdição visava ocultar, conforme José Paulo Netto, o clamor, com “enfática orientação anticapitalista”, por uma “ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado”.

Ao estudar o silêncio dos vencidos na Revolução de 1930, Edgar de Decca esclarece como a ideologia “dissimula no exercício da dominação de classes o processo histórico que efetivou os vencedores da luta política e suprimiu nos discursos a experiência histórica dos dominados”. Com efeito, a partir dessa dissimulação se construíram fabulações sobre 1964, refratárias à participação popular e às demandas das classes penalizadas por desigualdades e excluídas dos níveis de decisão sobre o destino do país.

O discurso que buscou dar coesão à versão oficial sobre o golpe se moldou como cimento à fisionomia prepotente e antidemocrática do regime instalado após a queda de Jango. Estigmatizou as tensões e contradições da democracia como elementos impróprios e indesejados, como se não fosse dever de governantes eleitos administrar demandas díspares. A sua pretensão última era impor as hipotéticas razões do golpismo, baseadas em engodos e mistificações sobre “a ameaça comunista”, que estaria na base da atuação da esquerda em meio à crise política – crise que, convém insistir, transcorria nos marcos da legalidade.

Um dos erros de cálculo do poder ditatorial foi supor que suas premissas na definição da “verdade” histórica prevaleceriam indefinidamente, contando-se para isso que o arsenal repressivo e a doutrinação ideológica lograssem barrar o contraditório e a divergência.

Mas o passado não está condenado a ficar quieto ou coagulado. “O passado é inevitável, para além da vontade e da razão”, salienta Beatriz Sarlo. “Sua força só pode ser suprimida pela ignorância, pela violência simbólica e pela destruição física ou material”.⁵ Ainda assim, ele pode ressurgir em potência lá adiante. Porque o campo da memória, do qual faz parte, é um campo de disputas e conflitos, instável e cambiante, sujeito às variações da correlação de forças na sociedade. Significa que, no curso das mutações histórico-sociais e da batalha das ideias pela hegemonia política e cultural, outros valores e concepções de mundo podem emergir e prevalecer, alterando progressivamente as bases do consenso. Isso torna possível, ao longo do tempo, recuperar a memória silenciada, reelaborar o conhecimento do passado e analisar os fatos sob diferentes abordagens.

Sérgio Paulo Rouanet nos convida a refletir com Walter Benjamin: a uma concepção contínua e linear da história – que para Benjamin é sempre a história dos vencedores – se opõe uma história concebida na perspectiva dos vencidos, baseada na ruptura e não na continuidade. “A história assim concebida”, escreve Rouanet, “não é uma sucessão de fatos mudos, mas uma sequência de passados oprimidos, que têm consigo um ‘índice misterioso’, que os impele para a redenção”. O horizonte da redenção, acrescento eu, está em sintonia com o desejo de liberar vozes até então aprisionadas.

No caso aqui estudado, reescavar o passado e reavaliar 1964, na visão dos vencidos, têm duplo alcance. De um lado,

permite questionar as falácias anticomunistas que preponderavam no discurso dos vencedores, como a da “República sindicalista” que Jango estaria a um passo de implantar, assim como deturpações deliberadas sobre os riscos de “subversão” e “comunização”. A exacerbação do anticomunismo tem a ver com o receio das classes dominantes quanto a possíveis efeitos de transformações políticas e culturais na produção de crenças, mentalidades e juízos que incidem na conformação do imaginário social, tradicionalmente sob seu raio de influência.

Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que o anticomunismo se converte em instrumento ideológico para expressar sentimentos conservadores em relação a valores morais e religiosos. “O perigo vermelho” extrapola os objetivos e a força real dos comunistas e é usado como antídoto ideológico à ascensão social das classes populares, com o indesejável questionamento das hierarquias vigentes. A estratégia discursiva anticomunista consiste em infundir a sensação de perigo em relação a mudanças que possam afetar as conveniências do conservadorismo e a sua hegemonia político-cultural. A pretensão última dessas manobras retóricas é explorar os sentimentos de medo e insegurança da opinião pública, com o propósito de convencer setores sociais a aceitarem intervenções autoritárias.

3.

De outro lado, a reflexão crítica constitui meio incontornável para se rever, sem os travos da mentira e da falsificação, a trajetória das forças populares e democráticas no período 1960-1964. Enfrentar certas versões cristalizadas me motivou a entrevistar nomes representativos do campo progressista e de esquerda, que testemunharam “de dentro” as turbulências de suas naves e tentaram interferir nas tarefas da hora.

Os depoimentos somam ao trabalho de pesquisa registros que rompem a opacidade e revelam outras versões, cotejos entre elas e controvérsias. Trata-se de problematizar aquela conjuntura de pressões e contrapressões, tomando por base o que essas personalidades vivenciaram, fizeram ou deixaram de fazer, ou o que não enxergaram nas águas turvas.

Foi uma experiência rica e inesquecível para mim. Os personagens rememoraram não a frieza dos episódios consumados, e sim com o ardor das vivências, dos sonhos, dos percalços, dos tênues fios que os separavam do precipício. Sob as coordenadas do presente, vieram à luz reavaliações do passado que não pode ser apaziguado.

Na revisão de seus itinerários biográficos e políticos, que também são históricos, poucos não se emocionaram. Lembro-me, por exemplo, das três horas de conversa com Waldir Pires (1926-2018), consultor-geral da República nomeado por Jango, em seu apartamento na avenida Atlântica, em Copacabana. Mais de uma vez, ele precisou tomar fôlego para continuar depondo, tal a comoção com as recordações. Ali estava um homem íntegro que, aos 37 anos, se viu inesperadamente dentro de um avião, a caminho do exílio, sem tempo sequer de avisar a família – ou de pesar as dúvidas.

A dimensão humana permeia as contingências da vida pública, sem se anunciar com a antecendência imaginada. Por vezes, aparece a quente no curso das entrevistas, como nas lembranças da jornalista Ana Arruda Callado – primeira mulher a ser chefe de reportagem na imprensa brasileira. Jovem repórter do *Jornal do Brasil*, ela recebeu como missão correr para entrevistar o presidente da República numa situação limite: ele se dirigia, com discrição máxima, a um hospital do Rio de Janeiro para visitar a mãe internada. Admiradora de Leonel Brizola (1922-2004), Ana me confessou, quase sessenta anos depois, que nunca achou João Goulart “uma maravilha”: “Na verdade, achava-o frágil, politicamente frágil. Ninguém que eu conhecesse se entusiasmava com ele. Talvez por suas indecisões.”

Ela chegou antes ao hospital, a tempo de observar à distância Jango caminhando no corredor de mãos dadas com os dois filhos pequenos, João Vicente e Denise. Ana hesitou, mas era seu dever. “Eu me desculpei por abordá-lo ali. Ele foi delicado: ‘Minha filha, vim visitar minha mãe que está doente. Você tem outras formas de saber isso que deseja. Me poupe, não faça isso não.’ Sorriu e entrou no quarto da mãe. Foi doce, não disse uma palavra zangada. Que homem amável, educado, eu não sabia!”

A paciência foi o segredo para convencer alguns personagens a darem vazão às memórias. Arredios ou desconfiados nos primeiros contatos, acabavam cedendo depois de uma insistência que, às vezes, demandava meses. A regra, entretanto, foi a disponibilidade para repensar as jornadas de agitação e esperança que precederam o golpe.

Impossível esquecer a solidariedade do coronel Kardec Lemme (1917-2019). “Considero muito importante que os jovens de hoje tenham a noção exata do que aconteceu. Precisamos alertá-los, fazer com que entendam a crise de 1964. A ‘história oficial’ que eles aprendem pretende manter a ingenuidade e a ignorância sobre o golpe. Cabe-nos mostrar o quadro real, ter a coragem política de expor as coisas com clareza”, observou Kardec.

Cassações de mandatos, demissões do serviço público, suspensões de direitos políticos, aposentadorias compulsórias, expurgos nas forças armadas, expulsões de estudantes em universidades públicas, prisões e torturas, bem como exílios e privações de direitos, são emblemas da truculência, do obscurantismo e da aversão à democracia. A despeito das provações, a ampla maioria dos perseguidos soube resistir às evidências da barbárie e acumular forças na longa luta pela redemocratização – sem mudar de lado ou renegar as antigas convicções. Do passado, vingou a ideia de encarar as transformações sociais como combustível indispensável para alcançar um crescimento sustentável e inclusivo. Com a anistia política em 1979, o fim da ditadura, a reconquista das liberdades democráticas e a vigência da Constituição de 1988, vários deles reconstruíram as carreiras políticas pelo voto – o único instrumento legítimo e válido de aferição da vontade popular.

4.

Entre os conteúdos produzidos para a nova edição, estão entrevistas inéditas a mim concedidas em 2023 por destacadas figuras que se inseriam no campo nacional-popular: o escritor e frade dominicano Frei Betto; o jornalista Janio de Freitas; o jornalista, ex-deputado federal e capitão de mar e guerra da reserva da Marinha, reintegrado com a anistia, Milton Temer; a historiadora Marly Vianna; e um dos únicos remanescentes da direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1964, José Salles. Também é inédito em livro o depoimento do advogado e ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014) à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Anos após a primeira edição, o jornalista e ex-deputado federal Neiva Moreira (1917-2012) fraternalmente me passou cópia da entrevista do brigadeiro Francisco Teixeira (1911-1986), ao extinto *Jornal do País*, do qual Neiva foi diretor de redação. Ele me sugeriu incluir, numa reedição ampliada, trechos que considerasse esclarecedores. Foi o que procurei fazer.

Ao incorporar novos depoimentos, busquei focos mais nítidos sobre determinados temas, como a imprensa, a militância dos católicos de esquerda, o movimento estudantil universitário, o meio militar progressista, a reforma agrária e o papel político do PCB.

Sou imensamente grato a todos pela inestimável colaboração.

5.

Além da atualização bibliográfica, desenvolvi para esta edição pesquisas nos acervos online da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos e do Fundo do extinto Serviço Nacional de Informações, hoje na base de dados do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Pude acessar memorandos secretos da CIA enviados a Washington e liberados à consulta pública em anos recentes, bem como prontuários e informes confidenciais de órgãos de segurança acumulados pelo SNI. Também foram úteis as consultas aos relatórios finais e arquivos da Comissão Nacional da Verdade, concluída em 10 de dezembro de 2014, e de Comissões Estaduais da Verdade. Os materiais evidenciam como as engrenagens da conspiração, do golpismo e da repressão se centravam, obsessivamente, nos inimigos mortais do bloco político-empresarial-militar-midiático conservador: o presidente João Goulart e a esquerda.

6.

Narrado às vezes como se fosse o roteiro de um filme, o livro está dividido em cinco partes. Na primeira sequência, traço os contornos vertiginosos da época – um Brasil com surtos de renovação em diversas áreas, contagiado com a possibilidade de deixar de ser um país subdesenvolvido na órbita do imperialismo norte-americano, a partir das reformas de base (agrária, urbana, universitária, administrativa, tributária, fiscal, bancária, política, eleitoral e outras). Havia um impulso de intervir na realidade, de construir as vigas mestras de um modelo de desenvolvimento com justiça social. Um Brasil em que fazer política já não era privilégio das elites; entravam em cena o trabalhador urbano e rural, o estudante, o padre, o intelectual, o militar, o homem comum.

Esbocei os perfis de organizações de esquerda que se expandiam, com a ambição de conquistar consensos em torno de suas concepções, galvanizando aspirações que o sistema partidário já não retratava em sua complexidade. O sentimento dominante era o de que as demandas populares não poderiam esperar pelo futuro; por isso, muitos optavam por ações imediatas e simultâneas, alimentavam sonhos e utopias revolucionárias, fossem elas exequíveis ou não. Tudo isso em paralelo a confrontos político-ideológicos com classes e instituições hegemônicas, dispostas a atear fogo a medidas que colocassem em risco seus domínios e privilégios.

Na segunda parte, confrontei os discursos de partidos, organizações e lideranças de esquerda com suas práticas, em um contexto conflituoso e incerto. Tratei de desvelar os limites em que atuavam, se esses limites correspondiam a posições reais na balança de forças, suas divisões internas, em quais direções se aproximavam ou se distanciavam do mundo concreto, as consequências no caldeirão em que se gestou e se efetivou o golpe.

A terceira parte situa os dias de ódio e fúria logo após golpe, nos quais os alvos primeiros do “pesadelo diuturno da boçalidade ditatorial” – expressão que tomo emprestada do jornalista Janio de Freitas – foram lideranças civis e militares, partidos, sindicatos, associações de classe, entidades estudantis e culturais e movimentos alinhados às causas populares e nacionalistas.

Na quarta parte, com sentido complementar, estão os depoimentos de atores do campo progressista nos anos Goulart, que formam uma “mesa-redonda imaginária”, na definição de René Armand Dreifuss no posfácio à primeira edição (aqui mantido). No mosaico interpretativo, crítico e autocrítico, podemos identificar convergências, dissonâncias e disputas, bem como erros, vacilações e ilusões em momentos cruciais. Nem todos os depoimentos obtidos aparecem na íntegra; alguns entrecortam a narrativa, na medida em que ajudam a compreender e ressignificar episódios marcantes.

A quinta parte faz um cruzamento de visões explicitadas pelos entrevistados, com o objetivo de estabelecer hipóteses sobre as injunções conjunturais, as razões políticas e os principais erros estratégicos e táticos que contribuíram para o fracasso do bloco nacional-reformista¹³ diante do golpismo, inclusive sem resistência organizada.

7.

Não pretendi reconstituir factualmente o processo que culminou na queda de João Goulart. Outras obras importantes já o fizeram, com distintos enfoques, sem falar no formidável catálogo de teses e dissertações sobre 1964 hoje disponível. Detive-me na ordem de acontecimentos que, de algum modo, condicionaram ideários e iniciativas da esquerda, durante os árduos embates pela hegemonia e, afinal, de destruição do Estado democrático de direito.

No derradeiro e-mail que me enviou da Alemanha, semanas antes de partir, o historiador e cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935-2017), entusiasta do meu projeto de relançar o livro, escreveu: “Não deixe de destacar algo muito importante para a nossa história. O governo do presidente João Goulart, ao ser deposto, contava com 76% de aprovação

nas pesquisas de opinião pública.”

***Dênis de Moraes**, jornalista e escritor, é professor aposentado do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Autor, entre outros livros, de *Sartre e a imprensa* (Mauad).

Referência

Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 1964*. 5ª. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024, 532 págs. [<https://amzn.to/3wyZSRc>]



**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[CONTRIBUA](#)